REVISTA TÓPICOS
ISSN 2965-6672 | Qualis A2

ALICIAMENTO ONLINE E VULNERABILIDADE PSICOSSOCIAL NA ADOLESCÊNCIA: DESAFIOS NO CONTEXTO DIGITAL CONTEMPORÂNEO

ONLINE GROOMING AND PSYCHOSOCIAL VULNERABILITY IN ADOLESCENCE: CHALLENGES IN THE CONTEMPORARY DIGITAL CONTEXT

Ciências Sociais Aplicadas • 24/11/2026

REGISTRO DOI: 10.70773/revistatopicos/795430873

Fabiana Costa Araujo[1]

Yanka da Silva Azevedo[2]

Ítalo Bruno Lima Nonato[3]

RESUMO

O aliciamento online de adolescentes, conhecido como *grooming*, envolve práticas de aproximação e manipulação utilizadas por ofensores para estabelecer condições favoráveis à exploração sexual em ambientes digitais. Este artigo tem como objetivo discutir a vulnerabilidade psicossocial de adolescentes ao aliciamento online, considerando os processos de desenvolvimento, as experiências de sociabilidade digital e as dinâmicas da exploração. Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, de abordagem qualitativa e enfoque teórico-conceitual, fundamentada em estudos identificados nas bases PubMed, the Virtual Health Library (VHL) e SciELO, além de referências complementares. A análise foi organizada em cinco eixos temáticos, abrangendo o desenvolvimento psicossocial, a sociabilidade digital, o aliciamento online, a vulnerabilidade psicossocial e as possibilidades de proteção e enfrentamento. Os estudos examinados indicam que experiências de isolamento, dificuldades relacionais e limitações de apoio podem adquirir relevância em situações de vitimização, embora não determinem um perfil único de vítima. Também evidenciam que as próprias estratégias dos ofensores podem produzir ou intensificar condições de vulnerabilidade durante a relação exploratória. A análise permite compreender a vulnerabilidade psicossocial como uma condição situada e relacional, cuja compreensão exige considerar tanto as experiências anteriores ao contato quanto as dinâmicas estabelecidas durante a exploração. Conclui-se que a prevenção e o enfrentamento devem contemplar o fortalecimento dos vínculos, o reconhecimento da manipulação e a articulação das redes de proteção, sem atribuir aos adolescentes a responsabilidade pela violência sofrida.

Palavras-chave: Adolescência; Aliciamento online; Vulnerabilidade psicossocial; Sociabilidade digital; Exploração sexual.

ABSTRACT

Online grooming of adolescents involves practices of approaching and manipulating young people, employed by offenders to create conditions conducive to sexual exploitation in digital environments. This article aims to discuss adolescents' psychosocial vulnerability to online grooming, considering developmental processes, experiences of digital sociability, and the dynamics of exploitation. This is a qualitative narrative literature review with a theoretical-conceptual focus, based on studies identified in PubMed, the Virtual Health Library (VHL), and SciELO databases, as well as complementary references. The analysis was organized into five thematic areas, encompassing psychosocial development, digital sociability, online grooming, psychosocial vulnerability, and possibilities for protection and intervention. The studies reviewed indicate that experiences of isolation, relational difficulties, and limited support may become relevant in situations of victimization, although they do not define a single victim profile. They also show that offenders' strategies themselves may create or intensify conditions of vulnerability during the exploitative relationship. The analysis supports an understanding of psychosocial vulnerability as a situated and relational condition, requiring consideration of both experiences preceding contact and the dynamics established during exploitation. It is concluded that prevention and intervention efforts should encompass the strengthening of interpersonal bonds, the recognition of manipulation, and the coordination of protection networks, without placing responsibility for the violence experienced on adolescents.

Keywords: Adolescence; Online grooming; Psychosocial vulnerability; Digital sociability; Sexual exploitation.

1. INTRODUÇÃO

As tecnologias digitais passaram a integrar diferentes dimensões da vida cotidiana, modificando as possibilidades de comunicação e de estabelecimento de relações sociais. Na adolescência, esses ambientes também constituem espaços de convivência, nos quais os sujeitos compartilham experiências, estabelecem vínculos e encontram possibilidades de expressão e reconhecimento. Essas interações participam dos processos de desenvolvimento psicossocial e não podem ser compreendidas exclusivamente a partir dos riscos associados ao uso da internet (Paschke; Thomasius, 2024; Pérez-Torres, 2024).

Entretanto, as possibilidades de contato e aproximação oferecidas pelos ambientes digitais também podem ser utilizadas para fins de exploração sexual. Entre essas práticas está o aliciamento online, conhecido como grooming, caracterizado pela utilização intencional de estratégias de aproximação e manipulação voltadas à preparação do abuso sexual. Os ofensores podem recorrer a demonstrações de afeto, interesses compartilhados e ofertas de apoio para estabelecer relações com adolescentes, embora a exploração também possa envolver abordagens diretas, pressões e ameaças (Joleby et al., 2021; Porcelli; Anderson; Kloess, 2026).

A compreensão desse fenômeno exige considerar que a adolescência envolve processos de construção da identidade, desenvolvimento da autonomia e estabelecimento de relações de pertencimento. Essas experiências não representam, por si mesmas, características de vulnerabilidade, pois fazem parte da constituição psicossocial dos sujeitos e assumem diferentes significados conforme seus contextos de vida (Bock, 2007; Branje, 2022). No entanto, determinadas condições relacionais e emocionais podem

adquirir relevância quando são utilizadas pelos ofensores para estabelecer ou manter situações de exploração.

Nesse contexto, a vulnerabilidade psicossocial não se restringe necessariamente a condições anteriores ao contato com o agressor. Experiências de isolamento, dificuldades nas relações interpessoais e limitações de apoio podem estar presentes em algumas situações, mas também podem ser produzidas ou intensificadas durante a própria relação exploratória (Reneses; Riberas-Gutiérrez; Bueno-Guerra, 2024). Além disso, o significado afetivo atribuído ao contato e o receio das consequências de sua revelação podem interferir no reconhecimento da violência e na busca por ajuda (Chiu; Quayle, 2022).

Dessa forma, compreender o aliciamento online apenas a partir dos comportamentos dos adolescentes ou de suas características individuais pode limitar a análise das condições em que a exploração ocorre. A relevância desta discussão está na necessidade de considerar as estratégias utilizadas pelos ofensores, os vínculos estabelecidos durante o contato e os recursos de proteção disponíveis. Essa compreensão pode contribuir para a atuação de famílias, escolas e profissionais envolvidos na proteção de adolescentes, especialmente no reconhecimento da exploração e no acolhimento das vítimas, sem atribuir a elas a responsabilidade pela violência.

Diante dessas questões, o presente artigo tem como objetivo discutir as relações entre o desenvolvimento psicossocial na adolescência, as experiências de sociabilidade digital e as condições de vulnerabilidade ao aliciamento online. Por meio de uma revisão narrativa da literatura, busca-se compreender como essas condições

se relacionam às dinâmicas de exploração sexual, considerando também as possibilidades de proteção e enfrentamento.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA OU REVISÃO DA LITERATURA

2.1. Adolescência e Constituição Psicossocial do Sujeito

A adolescência envolve transformações importantes no desenvolvimento humano, mas não pode ser compreendida apenas pelas mudanças biológicas ou por características atribuídas a determinada faixa etária. As formas de vivenciar esse período também estão relacionadas às condições históricas, culturais e sociais em que os sujeitos se desenvolvem. Nessa perspectiva, Bock (2007) questiona concepções que apresentam conflitos, instabilidade e oposição aos adultos como características naturais da adolescência, destacando a importância das relações sociais na constituição dos sujeitos.

Entre os processos que se desenvolvem nesse período está a construção da identidade, que não consiste simplesmente em descobrir quem se é, mas envolve explorar possibilidades, estabelecer compromissos e reconsiderar escolhas ao longo do tempo. Branje (2022) destaca que essas experiências acontecem também nas relações familiares e de amizade, nas quais o adolescente recebe respostas que podem confirmar ou modificar a maneira como compreende a si mesmo. Ao mesmo tempo, suas percepções sobre si próprio também influenciam a forma como estabelece e mantém essas relações.

A construção de posições próprias também envolve o desenvolvimento da autonomia, que não corresponde necessariamente ao afastamento das referências familiares. Beyers,

Soenens e Vansteenkiste (2025) distinguem a independência, relacionada à capacidade de tomar decisões sem depender de outras pessoas, da autonomia volitiva, que envolve agir de acordo com valores e interesses reconhecidos como próprios. Assim, o adolescente pode tomar decisões de maneira autônoma mesmo quando considera orientações de outras pessoas, especialmente quando essas relações oferecem espaço para expressar opiniões e participar das próprias escolhas.

Essas experiências, entretanto, não acontecem da mesma maneira para todos os adolescentes, pois as possibilidades de participação, apoio e reconhecimento variam conforme os contextos em que vivem. Lourenço, Speranza e Cid (2024) discutem como os vínculos familiares, as amizades e as experiências de inclusão social se relacionam ao sentimento de pertencimento e à construção da identidade. Dessa forma, compreender o desenvolvimento psicossocial na adolescência exige considerar não apenas os processos individuais, mas também as condições concretas em que os sujeitos estabelecem relações, participam de diferentes espaços e constroem suas referências sobre si mesmos.

2.2. Sociabilidade Adolescente nos Ambientes Digitais

As relações sociais dos adolescentes não se restringem aos espaços presenciais, uma vez que as tecnologias digitais permitem dar continuidade às conversas, compartilhar experiências e estabelecer contato com pessoas de diferentes círculos de convivência. Paschke e Thomasius (2024) situam a interação entre pares entre os principais usos dessas tecnologias, ao lado do entretenimento, da aprendizagem e da busca por informações. A comunicação mediada digitalmente amplia, assim, as possibilidades de

convivência, permitindo que as relações sejam mantidas e desenvolvidas mesmo diante da distância física.

Nas redes sociais, essas interações assumem características próprias, especialmente pelas possibilidades de selecionar o que compartilhar e de alcançar diferentes públicos. Fotografias, publicações e perfis permitem apresentar interesses, opiniões e experiências, enquanto as respostas recebidas também participam dessa apresentação. Pérez-Torres (2024) discute como a possibilidade de editar conteúdos e considerar a audiência favorece diferentes formas de expressão de si. O que o adolescente publica, portanto, não depende apenas daquilo que deseja comunicar, mas também pode ser influenciado pela maneira como espera ser percebido e pelas respostas que recebe.

Essas respostas fazem parte das relações estabelecidas nas plataformas e nem sempre expressam apenas aprovação ou interesse espontâneo. Rides, Pote e Watling (2025) identificaram que curtidas e comentários podem comunicar apoio, mas também envolver expectativas de reciprocidade entre amigos. Alguns adolescentes relataram reagir a publicações para evitar conflitos, enquanto outros demonstraram preocupação com a possibilidade de seus comentários serem interpretados de maneira diferente da pretendida. As interações digitais envolvem, portanto, formas de convivência e negociação de expectativas que adquirem características particulares pela visibilidade das respostas e pelas possibilidades de comunicação oferecidas pelas plataformas.

A possibilidade de estabelecer contato com pessoas fora dos círculos habituais também permite que experiências compartilhadas digitalmente produzam sentimentos de proximidade. Swerbenski et

al. (2024) encontraram maior proximidade percebida entre participantes que compartilharam informações pessoais e realizaram atividades cooperativas por videochamada, mesmo sem se conhecerem anteriormente. Embora os resultados se limitem às interações iniciais, eles mostram que a convivência presencial prévia não é uma condição necessária para o surgimento dessa percepção de proximidade.

A maneira como essas relações se desenvolvem também envolve avaliações sobre o comportamento e as intenções atribuídas ao outro. Colì et al. (2023) identificaram que adolescentes consideram interesses em comum, contatos compartilhados, disponibilidade, coerência na comunicação e respeito aos limites pessoais ao avaliar a confiança nas interações online. Alguns participantes destacaram a importância de conhecer a outra pessoa gradualmente, observando suas atitudes ao longo das conversas. Nesse processo, a confiança pode se desenvolver a partir das experiências de contato, embora a percepção de familiaridade não assegure o conhecimento das reais intenções da pessoa com quem se estabelece a relação.

2.3. Aliciamento Online: Quando uma Relação de Sociabilidade Se Torna Exploração

As possibilidades de interação nos ambientes digitais também podem ser utilizadas por ofensores para estabelecer contato com adolescentes e criar condições para a exploração sexual. Nesse contexto, o aliciamento online, conhecido como grooming, envolve práticas intencionais de aproximação e manipulação orientadas à preparação do abuso sexual. A comunicação digital permite que essas estratégias sejam desenvolvidas sem a necessidade de encontros presenciais, por meio de interações que podem assumir

diferentes formas conforme os objetivos do agressor (Porcelli; Anderson; Kloess, 2026).

Conversas sobre interesses compartilhados, elogios, demonstrações de afeto e oferta de apoio emocional são práticas comuns nas relações sociais, mas também podem ser utilizadas para favorecer a aproximação e conquistar a confiança do adolescente. Os ofensores podem assumir posições de amizade ou interesse afetivo, procurando conhecer aspectos da vida da vítima e adaptar suas abordagens às informações obtidas durante o contato (Porcelli; Anderson; Kloess, 2026). Dessa maneira, comportamentos que habitualmente expressam atenção e cuidado podem adquirir uma finalidade manipulativa, sem que essa intenção seja necessariamente reconhecida por quem participa da interação.

Essa diferença de intenções também precisa ser considerada a partir do significado que o adolescente atribui à relação. O contato com o ofensor pode ser vivenciado como uma experiência de amizade, apoio ou aproximação afetiva, mesmo quando está sendo conduzido para fins de exploração sexual (Chiu; Quayle, 2022). A relação pode assumir importância para o adolescente sem que ele conheça plenamente os interesses da outra pessoa. Nesse sentido, a continuidade das conversas ou a demonstração de envolvimento afetivo não devem ser confundidas com compreensão das intenções do agressor ou aceitação da violência.

A utilização de estratégias afetivas, entretanto, não significa que toda abordagem exploratória dependa de uma relação de confiança previamente estabelecida. A investigação de Joleby et al. (2021) identificou tanto demonstrações de amizade, amor e interesse romântico quanto estratégias de insistência, oferecimento de

recompensas e ameaças para envolver menores em atividades sexuais online. Essas abordagens podem ocorrer em diferentes momentos e combinações, sem seguir uma sequência obrigatória de aproximação e sexualização. Cabe distinguir, contudo, as solicitações sexuais diretas dos processos preparatórios de grooming, ainda que ambas possam integrar situações de exploração sexual digital.

Quando o adolescente demonstra resistência, as estratégias utilizadas pelo agressor também podem sofrer alterações. A insistência, a pressão emocional, as tentativas de isolamento e as ameaças de divulgação de imagens íntimas aparecem entre os recursos empregados para superar recusas em situações de abuso sexual facilitado por tecnologias (Thomas et al., 2023). Em algumas interações, solicitações sexuais inicialmente apresentadas como trocas aparentemente recíprocas deram lugar a exigências e ameaças diante da resistência das vítimas (Seymour-Smith; Kloess, 2021). Essas situações evidenciam que o envolvimento em uma conversa não elimina a possibilidade de coerção, tampouco significa que o adolescente tenha deixado de estabelecer limites.

Desse modo, a distinção entre sociabilidade e exploração exige considerar não apenas os comportamentos presentes na interação, mas a finalidade que orienta sua utilização e as relações de poder que podem ser estabelecidas. A intenção exploratória pode existir desde o primeiro contato, mesmo quando a aproximação assume características de uma relação afetiva. Além disso, a manipulação pode ocorrer sem que o adolescente reconheça imediatamente o caráter abusivo da situação, especialmente quando atribui à relação um significado diferente daquele pretendido pelo agressor (Chiu; Quayle, 2022). Compreender essa diferença permite situar a

responsabilidade pela exploração nas estratégias e ações do ofensor, sem transformar as práticas comuns de sociabilidade adolescente em causas da violência.

2.4. Vulnerabilidade Psicossocial e Aliciamento

A vulnerabilidade psicossocial no contexto do aliciamento online não pode ser compreendida apenas como um conjunto de características individuais que antecedem a aproximação do agressor. Experiências de isolamento, dificuldades nas relações familiares e ausência de apoio social aparecem entre as circunstâncias relatadas por vítimas, embora não estejam presentes em todos os casos. Reneses, Riberas-Gutiérrez e Bueno-Guerra (2024) identificaram adolescentes que enfrentavam dificuldades nas amizades ou buscavam maior atenção quando o contato ocorreu. Essas condições podem adquirir relevância durante a exploração, mas não constituem características determinantes da vitimização.

O isolamento, entretanto, nem sempre corresponde a uma condição anterior ao contato, podendo ser produzido ou intensificado na própria relação. Algumas vítimas relataram situações em que os ofensores desvalorizavam seus familiares e amigos, demonstravam insatisfação com outras relações e exigiam disponibilidade constante para conversar (Reneses; Riberas-Gutiérrez; Bueno-Guerra, 2024). Nessas circunstâncias, a aproximação exploratória também pode contribuir para o enfraquecimento dos vínculos que oferecem apoio ao adolescente. A vulnerabilidade passa, assim, a envolver não apenas as condições em que a relação foi iniciada, mas também aquelas que se estabelecem durante sua continuidade.

O significado atribuído à relação também participa das possibilidades de reconhecer a exploração e buscar ajuda. Chiu e Quayle (2022) identificaram que adolescentes envolvidos em situações de aliciamento não ignoravam necessariamente os riscos, mas podiam interpretá-los de maneiras diferentes, considerando os benefícios percebidos no contato e as possíveis consequências de sua descoberta. Em alguns relatos, o receio da reação dos responsáveis contribuiu para que a relação fosse mantida em segredo, mesmo sem uma exigência explícita do agressor. Esse resultado se aproxima das experiências identificadas por Reneses, Riberas-Gutiérrez e Bueno-Guerra (2024), nas quais o medo de culpabilização também apareceu como obstáculo à comunicação da violência.

As relações entre condições emocionais e vitimização, por sua vez, exigem cautela quanto à direção dos resultados encontrados. Resett (2021) identificou associações estatísticas entre experiências de grooming, sintomas depressivos e práticas de sexting em adolescentes argentinos. Em uma investigação longitudinal, Gámez-Guadix et al. (2023) observaram maiores níveis iniciais de vergonha e culpa entre adolescentes que relataram vitimização nos dois momentos avaliados, em comparação com aqueles que a relataram apenas inicialmente. Embora esses resultados indiquem relações entre experiências emocionais e vitimização, não permitem concluir que tais condições sejam necessariamente anteriores à violência ou responsáveis por sua continuidade.

A possibilidade de comunicar a experiência também depende das relações nas quais o adolescente espera encontrar acolhimento e compreensão. Schittenhelm et al. (2025) identificaram que a maioria dos adolescentes vitimizados revelou a situação a alguém, sendo

mais frequente a comunicação aos pares do que aos adultos. Entre as razões contrárias à revelação estavam o constrangimento, o receio de não serem acreditados e o medo de punições. Esses resultados dialogam com Chiu e Quayle (2022), ao mostrar que a dificuldade de procurar ajuda não depende exclusivamente do reconhecimento da situação, mas também das consequências que o adolescente acredita que poderá enfrentar ao compartilhá-la.

Nesse sentido, compreender a vulnerabilidade psicossocial exige distinguir as condições anteriores ao aliciamento, aquelas que podem ser intensificadas na relação exploratória e as experiências emocionais associadas à vitimização. O isolamento relatado por Reneses, Riberas-Gutiérrez e Bueno-Guerra (2024), assim como as relações entre sofrimento psicológico e vitimização investigadas por Gámez-Guadix et al. (2023), não configuram um perfil único de vítima. Esses achados permitem considerar a vulnerabilidade como uma condição situada, atravessada pelos vínculos, pelas experiências emocionais e pelas possibilidades de apoio, sem desconsiderar a capacidade do adolescente de tomar decisões, estabelecer limites e procurar ajuda.

2.5. Proteção e Enfrentamento

As possibilidades de prevenção do aliciamento online precisam considerar que a exploração sexual pode ocorrer em relações inicialmente percebidas como legítimas pelo adolescente. Nesse sentido, orientações centradas exclusivamente na restrição do acesso à internet ou na proibição do contato com desconhecidos não contemplam toda a complexidade do fenômeno. Kaya e Erdem (2026) discutem a necessidade de estratégias preventivas que articulem educação digital, apoio psicológico e participação familiar

e institucional. A partir dessa perspectiva, torna-se pertinente desenvolver ações que auxiliem os adolescentes a reconhecer comportamentos manipulativos, pressões emocionais e situações em que seus limites deixam de ser respeitados, sem considerar suas experiências de sociabilidade como comportamentos necessariamente perigosos.

No contexto familiar, o acompanhamento das experiências digitais pode ocorrer por diferentes formas de mediação. Schwartz e Pacheco (2021) distinguem estratégias baseadas no diálogo e na orientação daquelas voltadas ao estabelecimento de regras e restrições, destacando que seus efeitos dependem das características das relações familiares e das práticas adotadas. Essa discussão pode ser articulada à compreensão de autonomia apresentada por Beyers, Soenens e Vansteenkiste (2025), segundo a qual agir autonomamente não exige independência absoluta das referências adultas. Dessa maneira, a participação dos responsáveis pode oferecer orientação e apoio sem necessariamente retirar do adolescente a possibilidade de expressar opiniões e participar das decisões relacionadas à própria vida digital.

Entretanto, a presença dos responsáveis não garante, por si só, que estejam preparados para reconhecer ou enfrentar situações de exploração. Sani, Vieira e Dinis (2021), ao investigar as percepções de pais portugueses sobre o grooming, apontam a importância da formação de familiares e profissionais para identificar riscos e mobilizar recursos de proteção. Essa necessidade também aparece nas experiências investigadas por Dolev-Cohen, Yosef e Meiselles (2024), nas quais responsáveis por adolescentes vitimizados relataram sentimentos de culpa, insegurança e dificuldades para lidar com a situação e com as instituições envolvidas. Assim, o

enfrentamento não depende apenas da disposição do adolescente para compartilhar suas experiências, mas também das condições encontradas pelos adultos para compreender a violência e oferecer apoio.

As possibilidades de revelação da violência também ultrapassam o ambiente familiar, especialmente considerando a importância das amizades durante a adolescência. Schittenhelm et al. (2025) identificaram que a maioria dos adolescentes vitimizados comunicou a experiência a alguém, sendo mais frequente a revelação aos pares do que aos adultos. Ao mesmo tempo, o medo de julgamento, punição ou descrédito apareceu entre os motivos que dificultavam essa comunicação. Esses resultados indicam a pertinência de incluir a escola nas ações de prevenção e enfrentamento, não apenas por meio de informações sobre os riscos digitais, mas também pela orientação sobre como reconhecer situações de exploração, acolher relatos e buscar apoio de pessoas e serviços responsáveis pela proteção.

A participação da escola, contudo, não substitui a necessidade de articulação com outros recursos de cuidado. A revisão de Kaya e Erdem (2026) reúne recomendações que envolvem profissionais de saúde, instituições educacionais, plataformas digitais e mecanismos de proteção, considerando que o enfrentamento do grooming ultrapassa as possibilidades de atuação individual. Nesse contexto, o acompanhamento psicológico pode contribuir para o acolhimento das experiências de violência e para a compreensão dos sentimentos e conflitos relacionados à exploração, enquanto a articulação institucional permite encaminhar demandas que exigem outras formas de proteção. Essas medidas constituem possibilidades de intervenção coerentes com a literatura discutida,

embora ainda existam limitações nas evidências sobre a eficácia de programas preventivos específicos.

Considerando que as condições de vulnerabilidade podem anteceder o aliciamento ou se intensificar durante a própria relação exploratória, a proteção também precisa ser compreendida como uma responsabilidade compartilhada. As dificuldades de revelação identificadas por Schittenhelm et al. (2025) e os desafios enfrentados pelos responsáveis descritos por Dolev-Cohen, Yosef e Meiselles (2024) mostram que a possibilidade de buscar ajuda depende das relações e dos recursos disponíveis ao adolescente. Desse modo, a prevenção e o enfrentamento não devem se limitar à orientação sobre comportamentos individuais, mas contemplar condições de diálogo, reconhecimento da violência e acesso ao cuidado. Trata-se de uma implicação teórico-conceitual da literatura examinada, que desloca a responsabilidade pela proteção para além das escolhas do adolescente, sem desconsiderar sua autonomia.

3. METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, desenvolvida por meio de uma revisão narrativa da literatura, com enfoque teórico-conceitual. Conforme Gil (2002) e Severino (2014), a pesquisa bibliográfica utiliza conhecimentos produzidos e registrados em publicações científicas, permitindo examinar diferentes contribuições sobre determinado objeto de investigação. A abordagem qualitativa, por sua vez, favorece a compreensão dos significados e das relações que constituem os fenômenos sociais (Minayo, 2002). Nesse sentido, a revisão narrativa foi adotada por possibilitar a articulação e a discussão crítica de diferentes perspectivas teóricas e resultados

empíricos, conforme as características dessa modalidade apresentadas por Rother (2007).

O levantamento bibliográfico foi realizado entre agosto e outubro de 2026, nas bases PubMed, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Scientific Electronic Library Online (SciELO). As estratégias de busca utilizaram combinações dos termos online grooming, cybergrooming, cyber grooming, sexual grooming, aliciamento online e aliciamento sexual, associados a termos relacionados à adolescência e à infância, com adaptações conforme os mecanismos de pesquisa de cada base. Na PubMed, as buscas foram direcionadas aos campos de título e resumo, enquanto na BVS e na SciELO foram utilizadas combinações de termos em português e inglês.

Foram considerados os artigos publicados entre 2021 e 2026, disponíveis gratuitamente para leitura integral e pertinentes ao objeto de investigação. A seleção priorizou estudos relacionados ao aliciamento sexual em ambientes digitais, às experiências psicossociais dos adolescentes, às estratégias utilizadas pelos ofensores e às possibilidades de proteção e enfrentamento. Foram excluídas publicações fora do período estabelecido e trabalhos que não apresentavam relação com a temática investigada, incluindo aqueles que abordavam o termo grooming em contextos não relacionados à exploração sexual.

As buscas identificaram inicialmente 289 registros, sendo 65 na PubMed, 108 na BVS e 116 na SciELO. Desse total, 262 apresentavam acesso gratuito e 145 correspondiam ao recorte temporal estabelecido. Após a avaliação de pertinência temática, 123 registros foram excluídos, resultando na seleção de 22 artigos, distribuídos

entre PubMed (7), BVS (9) e SciELO (6). Também foram consideradas sete referências complementares para aprofundar discussões sobre adolescência, identidade, autonomia, sociabilidade digital e vulnerabilidade psicossocial, incluindo uma publicação anterior ao recorte temporal, utilizada por sua relevância teórica.

A análise da literatura foi orientada pelos procedimentos de leitura seletiva, analítica e interpretativa discutidos por Gil (2002), buscando identificar as contribuições dos estudos e estabelecer relações entre seus resultados e o problema investigado. O material foi organizado em cinco eixos temáticos: constituição psicossocial na adolescência, sociabilidade digital, dinâmicas do aliciamento online, vulnerabilidade psicossocial e proteção e enfrentamento. A discussão procurou articular os resultados empíricos às contribuições teóricas, considerando aproximações, divergências e limitações das pesquisas examinadas, sem pretensão de estabelecer relações causais ou generalizações sobre a população adolescente.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A compreensão da vulnerabilidade psicossocial de adolescentes ao aliciamento online exige considerar a relação entre os processos de desenvolvimento, as experiências de sociabilidade e as condições em que ocorre a exploração sexual. A perspectiva de adolescência como construção social, discutida por Bock (2007), e a importância das relações para o desenvolvimento da identidade, apresentada por Branje (2022), permitem compreender que autonomia, pertencimento e reconhecimento não constituem fragilidades individuais. Essas experiências também se desenvolvem nos ambientes digitais, que oferecem outras possibilidades de apresentação de si e interação social (Pérez-Torres, 2024). Desse

modo, a participação nessas relações não pode ser tomada, isoladamente, como explicação para a vitimização.

Essa distinção se torna relevante quando práticas comuns de sociabilidade passam a ser utilizadas com finalidades exploratórias. A frequência das conversas, os interesses compartilhados e as demonstrações de atenção podem participar da construção da confiança nas relações digitais, conforme observado por Colì et al. (2023). Entretanto, esses mesmos recursos podem ser empregados intencionalmente por ofensores para estabelecer proximidade e favorecer a exploração sexual (Porcelli; Anderson; Kloess, 2026). A diferença não está necessariamente na aparência inicial da interação, mas nas intenções e nas estratégias de quem a conduz. Essa interpretação também ajuda a compreender por que uma relação exploratória pode ser percebida pelo adolescente como uma experiência afetiva significativa (Chiu; Quayle, 2022).

A exploração sexual digital, contudo, não pode ser explicada exclusivamente pela construção gradual de confiança. Joleby et al. (2021) identificaram tanto abordagens afetuosas quanto estratégias de pressão direta para envolver menores em atividades sexuais online. Já Thomas et al. (2023) e Seymour-Smith e Kloess (2021) evidenciam como a resistência das vítimas pode ser acompanhada por mudanças nas estratégias ofensivas, incluindo exigências e ameaças. Embora nem todas as situações investigadas nesses estudos correspondam ao grooming em sentido estrito, seus resultados questionam a ideia de que a exploração depende necessariamente de uma aproximação afetiva prolongada. Assim, a diversidade das abordagens impede estabelecer uma trajetória única para as experiências de vitimização.

No campo psicossocial, essa diversidade também dificulta a identificação de características que definiriam previamente os adolescentes vulneráveis. Reneses, Riberas-Gutiérrez e Bueno-Guerra (2024) identificaram experiências de isolamento e dificuldades relacionais anteriores ao contato, mas também situações em que os próprios ofensores procuravam enfraquecer os vínculos familiares e sociais das vítimas. Esses achados permitem distinguir condições que antecedem a exploração daquelas que podem ser produzidas ou intensificadas durante a relação. A vulnerabilidade, nessa perspectiva, não corresponde necessariamente a uma característica permanente do adolescente, mas pode adquirir diferentes configurações conforme suas experiências, seus vínculos e a atuação do agressor.

Essa interpretação, entretanto, exige cautela diante das relações entre sofrimento emocional e vitimização. Resett (2021) identificou associações entre experiências de grooming, sintomas depressivos e práticas de sexting, enquanto Gámez-Guadix et al. (2023) observaram maiores níveis iniciais de vergonha e culpa entre adolescentes que apresentaram vitimização persistente. Embora esses resultados indiquem a relevância das experiências emocionais, não permitem estabelecer uma explicação causal única. Condições anteriores, experiências vivenciadas durante a exploração e consequências psicológicas podem estar relacionadas, mas não devem ser tratadas como fenômenos equivalentes. A distinção é necessária para evitar que efeitos da violência sejam interpretados como características responsáveis por sua ocorrência.

A compreensão da vulnerabilidade como condição relacional também não implica desconsiderar a capacidade de decisão e resistência dos adolescentes. Chiu e Quayle (2022) identificaram

participantes que avaliavam riscos e buscavam exercer controle sobre suas experiências, mesmo quando interpretavam de maneira limitada as intenções dos ofensores. As resistências observadas por Thomas et al. (2023) reforçam que a participação em uma interação exploratória não significa ausência de limites ou aceitação das exigências. Entretanto, a possibilidade de interromper o contato ou procurar ajuda também depende das condições estabelecidas na relação e dos recursos disponíveis ao adolescente. Reconhecer sua agência, portanto, não significa atribuir-lhe responsabilidade pela violência.

Essa dimensão relacional também aparece nas possibilidades de revelação e enfrentamento. Schittenhelm et al. (2025) identificaram que a maioria dos adolescentes vitimizados comunicou a experiência a alguém, sendo mais frequente a revelação aos pares do que aos adultos. Ao mesmo tempo, o receio de punições, julgamento e descrédito apareceu entre os obstáculos à comunicação. Esses resultados se aproximam das dificuldades relatadas pelos responsáveis investigados por Dolev-Cohen, Yosef e Meiselles (2024), demonstrando que a busca por proteção envolve não apenas a iniciativa do adolescente, mas também as condições de acolhimento e resposta disponíveis em suas relações. Nesse sentido, a mediação parental discutida por Schwartz e Pacheco (2021) e as recomendações preventivas reunidas por Kaya e Erdem (2026) oferecem fundamentos para pensar ações que articulem orientação, autonomia e apoio institucional.

A literatura examinada apresenta, contudo, limitações importantes para essa interpretação. Os estudos diferem quanto às populações, aos métodos e às definições de grooming e exploração sexual digital. Pesquisas qualitativas permitem compreender experiências

específicas, mas não sustentam generalizações sobre todas as vítimas, enquanto estudos de associação e acompanhamento longitudinal nem sempre permitem estabelecer a direção das relações investigadas. Dessa forma, compreender a vulnerabilidade psicossocial como uma condição situada, que pode anteceder o aliciamento ou se constituir durante a exploração, representa uma síntese teórico-conceitual dos achados, e não um modelo causal empiricamente demonstrado. Sua principal implicação é deslocar a compreensão da violência de um suposto perfil individual de vítima para as condições relacionais e sociais que participam da experiência de exploração e de suas possibilidades de enfrentamento.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão da vulnerabilidade psicossocial de adolescentes ao aliciamento online exige considerar tanto os contextos em que estabelecem suas relações quanto às dinâmicas de exploração que podem ocorrer nesses espaços. As experiências de identidade, pertencimento, autonomia e construção de vínculos também se desenvolvem nos ambientes digitais, que integram a sociabilidade contemporânea. Nesse contexto, a participação nessas relações não constitui, por si só, uma condição de vulnerabilidade. O caráter exploratório está relacionado à atuação do agressor, que pode instrumentalizar práticas comuns de interação para estabelecer relações de manipulação e coerção sexual.

A literatura examinada permite compreender que a vulnerabilidade psicossocial não se restringe a características individuais ou condições anteriores ao contato. Experiências de isolamento, dificuldades relacionais e limitações de apoio podem adquirir

relevância em determinadas situações, enquanto outras condições podem surgir ou se intensificar durante a própria relação exploratória. Essa distinção contribui para compreender a vulnerabilidade como uma condição situada e relacional, sem estabelecer um perfil único de vítima ou desconsiderar a capacidade dos adolescentes de reconhecer riscos, tomar decisões e resistir à exploração.

Diante disso, a proteção e o enfrentamento do aliciamento online não devem se limitar à restrição do acesso às tecnologias ou à orientação sobre comportamentos individuais. As discussões desenvolvidas apontam para a importância de fortalecer as possibilidades de reconhecimento da manipulação, de diálogo e de busca por ajuda, considerando a participação da família, da escola e das redes de proteção. Essa perspectiva preserva a autonomia adolescente e reconhece que a responsabilidade pela prevenção e pelo enfrentamento da violência não pode recair exclusivamente sobre quem está sujeito à exploração.

Por se tratar de uma revisão narrativa teórico-conceitual, as relações discutidas não permitem estabelecer mecanismos causais únicos entre condições psicossociais e vitimização, tampouco comprovar a eficácia de intervenções específicas. Pesquisas futuras poderão aprofundar a compreensão das mudanças nas condições de vulnerabilidade ao longo das relações exploratórias e avaliar estratégias de prevenção e acolhimento. A principal contribuição deste artigo consiste em propor uma leitura da vulnerabilidade psicossocial que considere sua constituição nas relações sociais e nas dinâmicas de exploração, deslocando o foco de supostas fragilidades individuais para as condições em que a violência se estabelece e pode ser enfrentada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEYERS, Wim; SOENENS, Bart; VANSTEENKISTE, Maarten. Autonomy in adolescence: a conceptual, developmental and cross-cultural perspective. **European Journal of Developmental Psychology,** v. 22, n. 2, p. 121-141, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.1080/17405629.2024.2330734.

BOCK, Ana Mercês Bahia. A adolescência como construção social: estudo sobre livros destinados a pais e educadores. **Psicologia Escolar e Educacional,** v. 11, n. 1, p. 63-76, 2007. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1413-85572007000100007.

BRANJE, Susan. Adolescent identity development in context. **Current Opinion in Psychology,** v. 45, artigo 101286, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.copsyc.2021.11.006..

CHIU, Jonie; QUAYLE, Ethel. Understanding online grooming: an interpretative phenomenological analysis of adolescents' offline meetings with adult perpetrators. **Child Abuse & Neglect,** v. 128, artigo 105600, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2022.105600.

COLÌ, Elisa; PACIELLO, Marinella; LAMPONI, Ernestina; CALELLA, Rubina; FALCONE, Rino. Adolescents and trust in online social interactions: a qualitative exploratory study. **Children,** v. 10, n. 8, artigo 1408, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.3390/children10081408.

DOLEV-COHEN, Michal; YOSEF, Tamar; MEISELLES, Michala. Parental responses to online sexual grooming events experienced by their teenage children. **European Journal of Investigation in Health,**

Psychology and Education, v. 14, n. 5, p. 1311-1324, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.3390/ejihpe14050086.

GÁMEZ-GUADIX, Manuel; MATEOS-PÉREZ, Estíbaliz; ALCÁZAR, Miguel A.; MARTÍNEZ-BACAICOA, Jone; WACHS, Sebastian. Stability of the online grooming victimization of minors: prevalence and association with shame, guilt, and mental health outcomes over one year. **Journal of Adolescence,** v. 95, n. 8, p. 1715-1724, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1002/jad.12240.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

JOLEBY, Malin; LUNDE, Carolina; LANDSTRÖM, Sara; JONSSON, Linda S. Offender strategies for engaging children in online sexual activity. **Child Abuse & Neglect,** v. 120, artigo 105214, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2021.105214.

KAYA, Kenan; ERDEM, Ziyaettin. Understanding cyber grooming in children and adolescents: a scoping review of risk factors and prevention strategies. **Frontiers in Psychiatry,** v. 17, artigo 1896109, 2026. Disponível em: https://doi.org/10.3389/fpsyt.2026.1896109.

LOURENÇO, Mariana Santos de Giorgio; SPERANZA, Marina; CID, Maria Fernanda Barboza. Adolescência e sentimento de pertença: apontamentos da literatura nacional. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia,** v. 17, n. 3, artigo e21682, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.36298/gerais202417e21682.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

PASCHKE, Kerstin; THOMASIUS, Rainer. Digitale Mediennutzung und psychische Gesundheit bei Adoleszenten – eine narrative Übersicht. **Bundesgesundheitsblatt – Gesundheitsforschung – Gesundheitsschutz,** v. 67, n. 4, p. 456-464, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.1007/s00103-024-03848-y.

PÉREZ-TORRES, Vanesa. Social media: a digital social mirror for identity development during adolescence. **Current Psychology,** v. 43, p. 22170-22180, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.1007/s12144-024-05980-z..

PORCELLI, Carly; ANDERSON, Flora; KLOESS, Juliane A. Unraveling the complexities of offender strategies as part of online sexual grooming and technology-assisted child sexual abuse: a systematic review. **Trauma, Violence, & Abuse,** publicação antecipada, 2026. Disponível em: https://doi.org/10.1177/15248380251411261.

RENESES, María; RIBERAS-GUTIÉRREZ, María; BUENO-GUERRA, Nereida. “He flattered me”: a comprehensive look into online grooming risk factors: merging voices of victims, offenders and experts through in-depth interviews. **Cyberpsychology: Journal of Psychosocial Research on Cyberspace,** v. 18, n. 4, artigo 3, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.5817/CP2024-4-3.

RESETT, Santiago. Propiedades psicométricas del Cuestionario de Solicitud e Interacción Sexual Online en adolescentes argentinos. **Pensamiento Psicológico,** v. 19, n. 1, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.11144/Javerianacali.PPSI19.ppcs.

RIDES, Gemma; POTE, Helen; WATLING, Dawn. Adolescents' perceptions of using likes, comments, and other reactions: a qualitative investigation. **British Journal of Developmental**

Psychology, v. 43, n. 3, p. 595-610, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.1111/bjdp.12537.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem,** v. 20, n. 2, p. v-vi, 2007. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001.

SANI, Ana Isabel; VIEIRA, Ana Paula; DINIS, Maria Alzira Pimenta. Social networks, the internet, and risks: Portuguese parents' perception of online grooming. **Avaliação Psicológica,** v. 20, n. 4, p. 486-494, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.15689/ap.2021.2004.22001.10.

SCHITTENHELM, Catherine; WEBER, Christine; KOPS, Maxime; WACHS, Sebastian. Why they speak up (or don't): reasons for and against cybergrooming disclosure among adolescent victims. **Journal of Youth and Adolescence,** v. 54, p. 2269-2287, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.1007/s10964-025-02192-x.

SCHWARTZ, Fernanda Tabasnik; PACHECO, Janaína Thais Barbosa. Mediação parental na exposição às redes sociais e a internet de crianças e adolescentes. **Estudos e Pesquisas em Psicologia,** v. 21, n. 1, p. 217-235, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.12957/epp.2021.59383..

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** São Paulo: Cortez, 2014.

SEYMOUR-SMITH, Sarah; KLOESS, Juliane A. A discursive analysis of compliance, resistance and escalation to threats in sexually exploitative interactions between offenders and male children.

British Journal of Social Psychology, v. 60, n. 3, p. 988-1011, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1111/bjso.12437.

SWERBENSKI, Katherine L.; BARNETT, Kierin C.; DEVINE, Patricia G.; SHUTTS, Kristin. Making “fast friends” online in middle childhood and early adolescence. **Social Development,** v. 33, n. 1, artigo e12708, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.1111/sode.12708.

THOMAS, Katie; HAMILTON-GIACHRITSIS, Catherine; BRANIGAN, Pat; HANSON, Elly. Offenders' approaches to overcoming victim resistance in technology-assisted child sexual abuse. **Child Abuse & Neglect,** v. 141, artigo 106143, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2023.106143.

---

[1] Discente do Curso Superior de Psicologia do Instituto Centro Universitário CEUNI-Fametro *Campus* Sede. E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail

[2] Discente do Curso Superior de Psicologia do Instituto Centro Universitário CEUNI-Fametro *Campus* Sede. E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail

[3] Docente do Curso Superior de Psicologia do Instituto Centro Universitário CEUNI-Fametro *Campus* Sede. E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail